

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A.**

celebrada entre


**ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO  
RECIFE/GOIANA SPE S.A.**  
*na qualidade de emissora;*

**ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.**  
*na qualidade de fiadora*

E

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.,**  
*na qualidade de agente fiduciário*

em 07 de agosto de 2015



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A.**

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

**ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A.**, sociedade sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Padre Carapuceiro, nº 733, sala 1302, 13º andar, Edifício Empresarial Center I, Boa Viagem, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MI") sob o nº 17.119.291/0001-34, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

na qualidade de agente fiduciário representando os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures (sendo os titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) aqui referidos como "Debenturistas da Primeira Série" e os titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) aqui referidos como "Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MI sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

E, ainda, na qualidade de fiadora:

**ODEBRECHT AMBIENTAL S/A**, sociedade sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na Rua Lemos Monteiro, 120, 11º andar, Bairro Butantã, São Paulo SP, CEP 05.501-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.437.097/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, ("Fiadora").

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE MICROFILMADO DIGITALIZADO	

Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Odebrecht Ambiental - Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A." ("Escritura de Emissão"), conforme as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA 1 - AUTORIZAÇÃO

A 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) objeto desta Escritura de Emissão, é celebrada de acordo com a deliberação e aprovação das condições da Emissão tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 07 de agosto de 2015 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A outorga das garantias reais a serem constituídas pela Emissora, nos moldes da Cláusula 4.1.18 foi deliberada e aprovada por meio da AGE.

A Fiança (conforme abaixo definida) será aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Fiadora realizada em 07 de agosto de 2015 ("AGE da Fiadora").

### CLÁUSULA 2 - REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações:

#### 2.1 Arquivamento e Publicação da Ata de AGE

2.1.1 A ata da AGE será arquivada na JUCEPE e publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no Jornal do Commercio de Pernambuco, nos termos da legislação aplicável.

2.1.2 A ata da AGE da Fiadora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e será publicada nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

#### 2.2 Arquivamento da Escritura de Emissão

2.2.1 A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados (i) na JUCEPE, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, respectivamente, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) Nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Recife, do Estado de Pernambuco e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Emissora deverá efetuar os protocolos para registro na JUCEPE em

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão e nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 2 (dois) Dias Úteis da data de registro desta Escritura de Emissão na JUCEPE.

### **2.3 Dispensa de Registro na CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

2.3.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Oferta Restrita"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.3.2 A Emissão será realizada nos termos do artigo 9º-B, parágrafo 1º, da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.827, de 30 de março de 2001, e inciso "xxi" do artigo 2º do Regulamento Anexo à Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, para implementação dos Projetos, relacionados a ações de saneamento ambiental, conforme descrito na Cláusula 3.2. abaixo.

2.3.3 A Oferta Restrita será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", condicionado à expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

### **2.4 Depósito Eletrônico para Distribuição e Negociação**

2.4.1 As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de cada data de subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

artigos 13 e 15 respectivamente, da Instrução CVM 476, observando ~~ainda o cumprimento~~ pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

### CLÁUSULA 3 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1 Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social específica e exclusivamente: a exploração e a operação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, incluindo serviços complementares na Região Metropolitana do Recife, localizada no Estado de Pernambuco, que abrange os Municípios de Recife, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Cabo de Santo Agostinho, Ilha de Itamaracá, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Ipojuca, Moreno, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes e Goiana, tudo em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre o Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA (“COMPESA”) e a Emissora, e respectivos aditivos, conforme aplicável, (“Contrato de Concessão”), em virtude do procedimento licitatório promovido pela COMPESA nos termos do Edital de Licitação/Concorrência 002/2012 CGPE.

#### 3.2 Destinação dos Recursos

3.2.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a emissão das Debêntures da Primeira Série serão destinados a cumprir com o programa de investimentos referente aos Projetos, nos termos do Contrato de Concessão.

3.2.2. Para os fins desta Escritura de Emissão, consideram-se “Projetos”, os custos incorridos desde 1º de janeiro de 2015, limitados a até 20% do valor total do Projeto, bem como os custos a incorrer para implementação do sistema de coleta, afastamento, tratamento, destinação final, recuperação e para expansão do sistema de esgotamento sanitário existente com obras previstas no Contrato de Concessão até agosto de 2016, para as quais não seja necessária licença ambiental e/ou para as quais exista licença ambiental, válida e vigente, conforme exigida por lei e de acordo com a etapa de desenvolvimento do projeto, conforme descritas e indicadas no quadro de usos e fontes Anexo I e que seguirão o cronograma físico-financeiro, o qual integra esta Escritura de Emissão sob a forma de Anexo I (“Cronograma Físico Financeiro”).

3.2.3. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a emissão das Debêntures da Segunda Série serão destinados ao pagamento parcial da dívida representada pelo saldo devedor da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária a ser convolada para espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Companhia.

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE MICROFILMADO DIGITALIZADO	

### 3.3 Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.4 Número de Séries

A Emissão será realizada em duas séries.

### 3.5 Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sendo R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) equivalentes às debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) equivalentes às debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série").

### 3.6 Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 12.000 (doze mil) Debêntures, sendo 7.000 (sete mil) Debêntures correspondentes às Debêntures da Primeira Série e 5.000 (cinco mil) Debêntures correspondentes às Debêntures da Segunda Série.

### 3.7 Banco Liquidante e Escriturador

O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o escriturador é a Itaú Corretora de Valores S.A. instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador. O Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.

### 3.8 Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis, antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter os rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## CLÁUSULA 4 - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1 Características Básicas das Debêntures

4.1.1 Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 4.1.2.3 (“Valor Nominal Unitário”).

### 4.1.2 Distribuição.

4.1.2.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de distribuição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de uma instituição financeira (“Coordenador Líder”), nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação e Distribuição com Esforços Restritos da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Adicional Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Odebrecht Ambiental - Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A.” (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos), em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.1.2.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 409”), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do

7

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.1.2.4 No ato de subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e será registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a suficiência e exequibilidade das garantias previstas na Cláusula 4.1.18.

4.1.2.5 As partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.2.6 A Emissora obriga-se, até a data de apresentação da comunicação de encerramento da Oferta Restrita para a CVM a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.1.2.7 Para os fins da presente Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

4.1.2.8 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.





4.1.2.9 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

4.1.2.10 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4.1.3 Forma. As Debêntures são nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista.

4.1.5 Espécie. As Debêntures são da espécie com garantia adicional real e garantia adicional fidejussória.

4.1.6 Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será 17 de agosto de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.8 Prazo e Data de Vencimento. As (i) Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de agosto de 2016 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de outubro de 2015 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão.

4.1.9 Preço de Subscrição. As Debêntures serão subscritas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

4.1.10 Amortização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será integralmente pago na sua respectiva Data de Vencimento ou na data



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	400001
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures ou o resgate antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.1.11 Pagamento da Remuneração das Debêntures. Observado o disposto na Cláusula seguinte, a Remuneração das Debêntures será paga na respectiva Data de Vencimento, salvo em caso de liquidação antecipada das Debêntures resultante do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data de resgate antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.1.12 Forma de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Escriturador das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam com suas debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.

4.1.13 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, se coincidirem com feriados nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Recife, Estado de Pernambuco, ressalvados os casos em que os pagamentos ocorram através da CETIP onde só serão prorrogados quando coincidirem com sábado, domingo e feriados declarados nacionais.

4.1.14 Multa e Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados *pro rata die* sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

4.1.15 Atraso no Recebimento dos Pagamentos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.14, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.1.16 Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes da emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, e em jornal de grande circulação editado na



localidade em que está situada a sede da Emissora; bem como na página da Emissora na Internet, qual seja, <http://www.odebrechtambiental.com/investidores>, sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo o prazo de manifestação dos Debenturistas, caso seja necessária nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, corresponder àquele estabelecido na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme o caso.

**4.1.17 Garantia Fidejussória:** A Fiadora neste ato obriga-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, ao fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados à emissão, conforme prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos, incluindo, sem limitação, os valores devidos com relação às Debêntures a título de principal e remuneração, todos os encargos moratórios, multas decorrentes de eventual atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures e todos os eventuais tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, incluindo, gastos com honorários advocatícios, depósitos, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais (“Fiança” e “Obrigações Garantidas”).

**4.1.17.1** A Fiadora obriga-se a pagar as Obrigações Garantidas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário a Fiadora informando a falta de pagamento pela Emissora, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte das Obrigações Garantidas. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do âmbito da CETIP.

**4.1.17.2** A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 830, 834, 837, 838 e 839, do Código Civil.

**4.1.17.3** A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, observado, entretanto, que a Fiadora desde já concorda e obriga-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

**4.1.17.4** A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral das Obrigações Garantidas.







4.1.17.5 Sem prejuízo do Contrato de Garantia, a Fiança exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

4.1.17.6 A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas. A presente Fiança extinguir-se-á automaticamente com o total e final adimplemento válido e eficaz das Obrigações Garantidas.

4.1.18 Garantia Real: Ainda em garantia ao correto, fiel, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, será constituída a cessão fiduciária de conta corrente de titularidade da Emissora, bem como de todos os valores ali vierem a ser depositados, ainda que em trânsito, e respectivos rendimentos, conforme aplicável, a ser aberta junto ao Itaú Unibanco S.A., na qual a Emissora, desde já, se obriga a transferir, em caso de inadimplemento de qualquer das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, todos os valores depositados e que vierem a ser depositados na conta corrente nº 1517-3, agência 3018, Banco Caixa Econômica Federal ("Conta Caixa"), a qual integra o sistema de contas constantes do Contrato de Vinculação da Receita e Penhor dos Direitos Creditórios Oriundos da Concessão, Administração de Contas e Outras Avenças, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, a Emissora e com a interveniência anuência da Fiadora, da Lídermac Construções e Equipamentos Ltda. e da COMPESA em 22 de agosto de 2014 ("Cessão Fiduciária"). Os termos e condições da Cessão Fiduciária serão estabelecidos no contrato cessão fiduciária a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Garantia").

4.1.19 Repactuação. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.1.20 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas conforme previsto nesta Cláusula 4.1.21 poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.1.21, se e quando recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicáveis às demais Debêntures.

12



4.1.21 Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório e Oferta de Resgate Antecipado.

4.1.21.1 Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série. A Emissora poderá, após 3 (três) meses contados da Data de Emissão, realizar, a seu exclusivo critério, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série que compõe o total das Debêntures, de acordo com os termos e condições previstas abaixo ("Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série"):

- (i) A Emissora realizará o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série mediante aviso aos Debenturistas da Primeira Série, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador e à CETIP, com antecedência de 30 (trinta) dias da respectiva data do evento, observado o prazo mínimo de 2 (dois) Dias Úteis exigidos pela CETIP ("Aviso de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série"), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série, incluindo (a) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas; e (b) demais informações necessárias para operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série. A inobservância, pela Emissora do prazo de antecedência previsto neste item para envio do Aviso de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série (respeitado o prazo mínimo de 2 (dois) Dias Úteis exigidos pela CETIP) ensejará o pagamento, pela Emissora aos Debenturistas da Primeira Série, de multa de 4,00% (quatro por cento) *flat* incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série que compõe as Debêntures acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo resgate antecipado, sem prejuízo do prêmio de resgate antecipado previsto no item "(ii.b)" abaixo.
- (ii) O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série será realizado mediante o pagamento aos Debenturistas da Primeira Série do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo resgate antecipado; e (b) do prêmio de resgate antecipado de 0,15% (quinze centésimos por cento) *flat*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo resgate antecipado.



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

4.1.21.2 Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série. A Emissora poderá, a qualquer tempo após a Data de Emissão, realizar, a seu exclusivo critério, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série que compõe o total das Debêntures, de acordo com os termos e condições previstas abaixo ("Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série", e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série, o "Resgate Antecipado Facultativo");

- (i) A Emissora realizará o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série mediante aviso aos Debenturistas da Segunda Série, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador e à CETIP, com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do evento, que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série, incluindo (a) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas; e (b) demais informações necessárias para operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série.
- (ii) O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série será realizado mediante o pagamento aos Debenturistas da Segunda Série do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo resgate antecipado.

4.1.21.2 Resgate Antecipado Obrigatório. (i) Em até 3 (três) Dias Úteis após qualquer desembolso ocorrido e os respectivos recursos estejam disponíveis para movimentação por parte da Emissora no âmbito de um financiamento contratado pela Emissora junto ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI FGTS e/ou qualquer outro instrumento financeiro contratado pela Emissora com prazo de vencimento igual ou superior a 24 (vinte e quatro) meses ("Resgate Antecipado Obrigatório A" e "Empréstimos Permitidos", respectivamente) ou (ii) caso a Emissora não comprove, em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão, de forma satisfatória aos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a efetiva realização ou iminência de desembolsos ocorridos no âmbito do (a) Contrato de Financiamento e Repasse com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE celebrado entre a Caixa Econômica Federal e a Emissora, com a interveniência anuência da Fiadora, da Lidermac Construções e Equipamentos Ltda. e da COMPESA em 22 de agosto de 2014; e (b) Contrato de Financiamento e Repasse FGTS SIAPF nº 414.606-75 celebrado entre a Caixa Econômica Federal e a Emissora, com a interveniência anuência da Fiadora, da Lidermac Construções e Equipamentos Ltda. e da COMPESA em 22 de agosto de 2014, desembolsos estes que, somados ou de forma individual, deverão corresponder a, no mínimo, R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ("Resgate Antecipado Obrigatório B" e em conjunto com o



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

Resgate Antecipado Obrigatório A, "Resgates Antecipados Obrigatórios", a Emissora deverá promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série que compõe o total das Debêntures, de acordo com os termos e condições previstas abaixo:

- (i) A Emissora realizará o Resgate Antecipado Obrigatório mediante aviso aos Debenturistas da Primeira Série, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador e à CETIP, com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do evento. A comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado Obrigatório; e (ii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização, pela CETIP, do Resgate Antecipado Obrigatório.
- (ii) O Resgate Antecipado Obrigatório A será realizado mediante o pagamento aos Debenturistas da Primeira Série do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo resgate antecipado obrigatório; e (b) do prêmio de resgate antecipado obrigatório de 0,15% (quinze centésimos por cento) *flat*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo resgate antecipado obrigatório Debêntures da Primeira Série que compõe o total das Debêntures.

4.1.21.3. Oferta de Resgate Antecipado. A partir da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado endereçada a todos os Debenturistas da respectiva série, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para a aceitação da oferta de resgate antecipado, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 9.1.5 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista, observadas as regras da Cláusula 4.1.21.1 acima; (b) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo da respectiva série de Debêntures; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no item "iii (b)" abaixo; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures. O Edital de



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizado com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis antes da data de resgate pretendida. Os Debenturistas que aceitarem as condições da Oferta de Resgate Antecipado deverão comunicar a Emissora de sua aceitação em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;

- (ii) o Resgate Antecipado ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado, bem como a relação dos Debenturistas que aderirem à oferta incluindo a quantidade de debêntures indicada por estes; e (b) comunicar o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado;
- (iv) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Emissora, venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado, prêmio de resgate este que não poderá ser negativo, observadas as disposições da Cláusula 4.1.22.1 acima; e
- (v) caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que o número ao qual a Oferta de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sortio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no competente Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência sobre a Oferta de Resgate Antecipado.

4.1.21.4 O Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou a Oferta de Resgate Antecipado deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas,



qualificação, apuração e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.1.21.5 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures depositadas eletronicamente no CETIP21 e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador, no caso dos titulares das Debêntures que não estejam depositadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.1.22 Amortização Extraordinária.

4.1.22.1 A Emissora poderá, após 3 (três) meses contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, amortizar extraordinariamente até 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série a ser amortizada, acrescido da Remuneração incidente sobre o valor a ser amortizado extraordinariamente ("Amortização Extraordinária"), mediante o envio de comunicação escrita, que deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária, dirigida ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas da Primeira Série e à CETIP, com antecedência mínima de 30 (trinta) Dias Úteis da efetiva Amortização Extraordinária ("Comunicação de Amortização Extraordinária"). Qualquer Amortização Extraordinária em valor superior ao indicado não poderá ser realizada, devendo ser substituída por Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures. A inobservância, pela Emissora do prazo de antecedência previsto neste item para envio da Comunicação de Amortização Extraordinária (respeitado o prazo mínimo de 2 (dois) Dias Úteis exigidos pela CETIP) ensejará o pagamento, pela Emissora aos Debenturistas, de multa de 4,00% (quatro por cento) *flat* incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo resgate antecipado, sem prejuízo do prêmio de resgate antecipado previsto no item (4.1.22.3) abaixo.

4.1.22.2 A Comunicação de Amortização Extraordinária deverá conter as seguintes informações (i) a Data de Amortização Extraordinária, (ii) o valor das Debêntures a ser amortizado; (iii) o valor do prêmio a ser pago, conforme definido Na Cláusula 4.1.22.4. abaixo, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

4.1.22.3 O valor a ser pago aos Debenturistas a título de prêmio será equivalente a 0,15% (quinze centésimos por cento) *flat*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures até a data da efetiva Amortização Extraordinária.

## 4.2 Características das Debêntures

4.2.1 Forma e Prazo de Subscrição e Integralização das Debêntures. A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.2.2 Remuneração das Debêntures. As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir:

4.2.3 Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures da Primeira Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização Monetária") a partir da Data de Emissão, pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente), cuja data de aniversário será todo dia 17 (dezesete) de cada mês ("Data de Aniversário"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

$VNa$  — Valor Nominal Unitário atualizado pela variação acumulada da TR, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VNe$  — Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$C$  = Fator resultante do produtório das TR's utilizadas, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left( \frac{TR_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{dut}}$$



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

Onde:

$n$  = Número total de TR's consideradas entre a Data de Emissão, início de rentabilidade, incorporação, o que ocorrer por último, e a data de atualização, sendo  $n$  um número inteiro;

$TR_k$  = Taxa Referencial da Data de Aniversário divulgadas pelo BACEN entre a Data de Emissão, início de rentabilidade, incorporação, o que ocorrer por último, e a data de atualização;

$Dup$  = Número de dias úteis compreendidos entre a data da  $TR_k$  utilizada e a data do cálculo, limitado ao número de dias úteis total de vigência da  $TR_k$ , sendo  $dup_k$  um número inteiro;

$Dut$  = Número total de dias úteis para o período de vigência da  $TR_k$  utilizada, sendo  $dut_k$  um número inteiro.

4.2.3.1 Fica acordado que o Valor Nominal Unitário será atualizado entre a Data de Emissão e a primeira data de aniversário, qual seja, 17 de setembro de 2015, pela TR divulgada no dia 17 de agosto de 2015, sendo certo que a partir dessa data será utilizada a TR referente à data de aniversário.

4.2.3.2 Se a TR for extinta ou deixar de ser o índice aplicável aos depósitos de poupança, os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão passarão a ser reajustados pelo índice que vier a ser usado para o reajuste da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). No caso de extinção da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física), adotar-se-á, como parâmetro de reajuste das parcelas, o investimento que for expressamente indicado por lei ou pelo Governo Federal para tomar o seu lugar, utilizando-se o índice que for aplicado para esse investimento, ou, na falta de investimento que o substitua, o índice que vier a ser fixado por lei ou pelo Governo Federal ou, ainda na falta de índice fixado por lei ou pelo Governo Federal, o índice que venha a substituir a TR no âmbito das operações no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tratadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010. Caso não haja possibilidade de substituição da TR, nas hipóteses elencadas nesta cláusula, a Emissora deverá obrigatoriamente realizar o resgate da totalidade das Debêntures mediante os procedimentos constantes no item "(b)" na cláusula 4.1.21.2 acima, na data em que for constatada tal impossibilidade.

4.2.3.3 Em havendo a adoção de índice substitutivo à TR, fica desde já certo e ajustado que o Valor Nominal Unitário será atualizado (i) nos termos da Cláusula 4.2.3, pela Atualização Monetária, desde a Data de Emissão até a data de adoção de novo índice

substitutivo, exclusivo, e (ii) pelo índice substitutivo, a partir da data de adoção de novo índice substitutivo, inclusive, até Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Obrigatório ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A Emissora e os Debenturistas declaram e reconhecem que a substituição do índice não importará em novação.

**4.2.4 Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série.** As Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 12,0% (doze inteiros por cento) ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos ("Spread"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fator.Juros - 1)$$

onde:

*J* – valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série acumulada no período, devida em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

*VNa* – Valor Nominal Unitário Atualizado de cada Debênture, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, conforme definido acima;

*Fator de Juros* – Fator de juros fixos (ou spread), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, parametrizado conforme definido a seguir:

$$Fator\ de\ Juros = \left[ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{dcp}{360}} \right]$$

onde:

*i* – 12,0000 (doze); e



*dcp* – Número de dias corridos entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo.

4.2.4.1 O Spread será majorado sempre que houver e somente enquanto perdurar elevação na taxa de juros (cupom de remuneração) incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física), que eleve a referida taxa de juros (cupom de remuneração) a patamar acima de 6,17% (seis inteiros e dezessete centésimos por cento) ao ano, nos mesmos números de pontos percentuais correspondentes à elevação da taxa de juros (cupom de remuneração) incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). A majoração do Spread ocorrerá mediante a comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e à CETIP (“Comunicado de Majoração de Spread”). Havendo a majoração do Spread, fica desde já certo e ajustado que a remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada da seguinte forma: (i) nos termos da Cláusula 4.2.4, pelo Spread, desde a Data de Emissão até a data fixada na correspondência, exclusiva (“Data de Majoração de Spread”), e (ii) pelo novo *spread*, a partir da Data de Majoração de Spread, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Obrigatório ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A majoração do Spread aqui prevista não importa em novação. Para alteração do Spread é necessário um evento de incorporação de juros ou de pagamento, considerando a manutenção do cálculo pela CETIP.

4.2.4.2 Caso a taxa de juros (cupom de remuneração) incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física) retorne a igual ou inferior a 6,17% (seis inteiros e dezessete centésimos por cento) a Remuneração das Debêntures será novamente alterada para voltar ao quanto estipulado na Data de Emissão. A redução do Spread ocorrerá mediante a comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e à CETIP (“Comunicado de Redução de Spread”). Fica desde já certo e ajustado que a remuneração das Debêntures voltará a ser calculada nos termos da Cláusula 4.2.4, pelo Spread, desde a Data de Comunicação de Redução de Spread até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Obrigatório ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A redução do Spread aqui prevista não importa em novação. Para alteração do Spread é necessário um evento de incorporação de juros ou de pagamento, considerando a manutenção do cálculo pela CETIP.



4.2.5 Remuneração das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir:

4.2.6 Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série: As Debêntures da Segunda Série não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado.

4.2.7 Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração correspondente a um percentual de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série”, e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a “Remuneração”). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data da Emissão, ou da data do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

*J* – valor da Remuneração das Debêntures da Segunda Série acumulada no período, devida em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

*VNa* – Valor Nominal Unitário de cada Debênture da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, conforme definido acima;

*Fator de Juros* – Fator de juros fixos (ou *spread*), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, parametrizado conforme definido a seguir:

$$\text{Fator de Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$





Onde:

*Fator DI* – produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

*n* – número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

$\text{TDI}_k$  – Taxa DI, de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

*k* – número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até *n*;

$\text{DI}_k$  – Taxa DI, de ordem *k*, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

*FatorSpread* – sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{252}{360}} \right] \right\}$$

Onde:

*spread* – 4,5000;

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPI, RECIFE MICROFILMADO DIGITALIZADO	

DUP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data do cálculo, sendo "DUP" um número inteiro.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $[1 + TDI_k]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + TDI_k]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (d) O fator resultante da expressão  $(Fator DI \times Fator Spread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.7.1 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.7.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Emissão, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.2.7.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em vigor), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à



época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.2.7.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.2.7.5 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas da Segunda Emissão representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série aplicável às Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.2.8 Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Vencimento em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Obrigatório ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro.

4.2.9 Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures.



## CLÁUSULA 5 - VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1 Eventos de Inadimplemento

5.1.1. Observado o disposto na Cláusula 5.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do respectivo vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures (inclusive aquelas previstas no Contrato de Garantia), não sanada no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento (a) pelo Agente Fiduciário, de notificação enviada pela Emissora sobre tal descumprimento; ou (b) da notificação do referido descumprimento, enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (iii) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras, no mercado local ou internacional (a) da Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, em valor individual ou agregado, superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas; (b) da Fiadora, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas; ou (c) subsidiárias da Fiadora que, (a) individualmente, representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) (i) dos dividendos pagos ou declarados; ou (ii) do ativo consolidado da Fiadora, ou (b) cumulativamente, representem no mínimo (i) 40% (quarenta por cento) dos dividendos pagos ou declarados, ou (ii) 33% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do ativo consolidado da Fiadora, exceto Odebrecht Ambiental – Manso S.A., Odebrecht Ambiental – Goiás S.A., Odebrecht Ambiental – Macaé S.A. (“Controladas Relevantes”), em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de cura aplicável à



respectiva dívida, ou na sua ausência, em até 3 (três) Dias Úteis da data do evento. Para fins desse disposto, o cálculo dos percentuais deverá ser feito com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas da Fiadora, relativas ao exercício social imediatamente anterior ao da ocorrência do evento que gere a necessidade dessa verificação;

- (iv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras contraídas (a) pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, ou (b) pela Fiadora, em valor individual ou agregado, superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (v) protesto de títulos contra (a) a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas (b) a Fiadora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo se (1) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas dentro de 10 (dez) Dias Úteis, ou (2) se for suspenso, sustado, ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto, ou o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo no prazo legal ou, ainda, tenha sido apresentada defesa de forma tempestiva;
- (vi) caso ocorra (a) extinção, dissolução ou a liquidação da Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, da Fiadora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes; (b) a decretação de falência da Emissora, com trânsito em julgado, da Fiadora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes; (c) o pedido de autofalência, por parte da Emissora e/ou quaisquer de suas controladas e da Fiadora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes; (d) o pedido de falência formulado por terceiros contra a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, da Fiadora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes, e desde que tal pedido não seja devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito judicial, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos legais aplicáveis; (e) a apresentação de pedido, por parte da Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, da Fiadora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (f) o ingresso pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, da Fiadora e/ou quaisquer de suas Controladas Relevantes em juízo com



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (g) qualquer evento que caracterize comprovadamente estado de insolvência da Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;

- (vii) mudança, direta ou indireta, do controle da Emissora, sem anuência prévia dos Debenturistas, conforme o disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nos casos em que eventual reestruturação societária (i) a Odebrecht S.A. permaneça, direta ou indiretamente, com o controle da Fiadora e (b) a Fiadora permaneça, direta ou indiretamente, com o controle da Emissora, nessa última hipótese desde que respeitados os procedimentos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) (a) declaração de nulidade ou ineficácia desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e/ou da Fiança por sentença arbitral ou decisão administrativa final ou judicial, ainda que não transitada em julgado, salvo se os efeitos tenham sido suspensos no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis; e/ou (b) rescisão ou resilição da Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia;
- (ix) caso ocorra a transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (x) cisão, fusão e incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora, exceto (i) por aquelas previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) nos casos em que a cisão, fusão e incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora ocorrer entre sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Odebrecht S.A. e não resultar na alteração do controle indireto da Emissora pela Fiadora;
- (xi) revelarem-se falsas ou incorretas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, nesta Escritura de Emissão ou na Cessão Fiduciária;
- (xii) não cumprimento de qualquer decisão administrativa definitiva, decisão arbitral ou processo semelhante ou sentença judicial transitada em julgado contra (a) a Emissora em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; ou (b) a Fiadora em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;



- (xiii) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas a título de remuneração do capital, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) não destinação, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Emissão estritamente nos termos dessa Escritura de Emissão, conforme Relatório do Consultor (conforme abaixo definido);
- (xv) cessão, promessa de cessão, qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Cessão Fiduciária sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) exceto quando a cessão, promessa de cessão, qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, ocorrer para sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Odebrecht S.A. e não resultar, respectivamente, na alteração do controle indireto da Emissora pela Fiadora e da Fiadora pela Odebrecht S.A.;
- (xvi) questionamento judicial, pela Emissora, e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Fiadora, de quaisquer termos desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Garantia;
- (xvii) redução do capital social da Emissora, exceto (a) se previamente autorizado pela COMPESA e por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se realizada para absorção de prejuízos;
- (xviii) alteração do objeto social da Emissora de forma que a exploração e a operação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, incluindo serviços complementares, deixe de ser a atividade preponderante da Emissora, exceto se previamente aprovado por Titulares das Debêntures representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xix) não realização do Resgate Antecipado Obrigatório conforme hipóteses determinadas nesta Escritura de Emissão;

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

- (xx) extinção do Contrato de Concessão por ato da COMPESA;
- (xxi) decretação de suspensão do Contrato de Concessão pela COMPESA, ou qualquer tipo de intervenção, pela COMPESA, no projeto e/ou na Emissora que possa resultar na extinção do Contrato de Concessão (seja por força de encampação, caducidade, distrato ou por qualquer outra forma prevista contratualmente), cujos efeitos não sejam suspensos por decisão judicial dentro do prazo de 15 dias contados da data da suspensão, intervenção ou ocorrência do ato da COMPESA;
- (xxii) não obtenção e/ou renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorização, alvará, outorga e licença, inclusive de natureza ambiental, exigida para a instalação e/ou manutenção do exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se a Emissora estiver discutindo administrativa ou judicialmente de boa-fé ou tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão for sanada do prazo de trinta (trinta) dias;
- (xxiii) dar em garantia, onerar ou de qualquer outra forma dispor dos direitos creditórios detidos pela Emissora face à COMPESA, sem a aprovação dos titulares das Debêntures, exceto para contratação do Empréstimo Permitidos;
- (xxiv) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora ou suas controladas, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de qualquer ativo em valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (xxv) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativos, pela Fiadora, de forma gratuita ou onerosa, em valor igual ou superior a 20% (vinte por cento), de seu ativo total consolidado, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora do exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido);
- (xxvi) contratar qualquer tipo de financiamento ou dívida sem a aprovação dos Debenturistas, exceto (i) os Empréstimos Permitidos; (ii) recursos para capital de giro do projeto limitado, no valor individual e agregado, a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

(xxvii) atraso nas obras dos Projetos, superior a 30% em comparação ao cronograma original entregue ao Agente Fiduciário nesta data, verificado através do Relatório do Consultor; e

(xxviii) não apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, o primeiro Relatório do Consultor.

## 5.2 Vencimento Antecipado Automático e Não Automático - Procedimentos Aplicáveis

5.2.1 A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas (i); (iv); (vi); (ix); (x); (xiii); (xv); (xvii); (xviii); (xx); e (xxviii) da Cláusula 5.1 acima, desde que não sanados nos respectivos prazos de cura, conforme aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento e exigir o pagamento do que for devido em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência.

5.2.2 Na ocorrência dos demais eventos indicados na Cláusula 5.1 acima, desde que não sanados nos respectivos prazos de cura, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9.1.5 desta Escritura de Emissão e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 5.2.3, abaixo.

5.2.3 A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 5.2.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

5.2.4 Adicionalmente, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de *quorum*, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, conforme o caso.

5.2.5 Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário, ou os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de

<b>CARTÓRIO MARIANI</b>	
<b>DATA</b>	<b>REGISTRO</b>
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

convocação previsto na Cláusula 9.1.5 desta Escritura de Emissão e estabelecido na Cláusula 5.2.3 acima.

5.2.6 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP e ao Escriturador, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## **CLÁUSULA 6 - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA**

### **6.1 Obrigações Adicionais**

6.1.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações:
  - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - d) manter os documentos mencionados na alínea "(c)" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

- c) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário;
- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- h) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos subitens "(c)" e "(d)" acima;
- i) encaminhar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua publicação, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social findo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos representantes da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- j) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis;
- k) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou CETIP;
- l) colaborar com o Agente Fiduciário na elaboração dos relatórios destinados aos Debenturistas descritos no item "(xiii)" da Cláusula 8.4.1 abaixo, fornecendo para tanto o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o

controle comum, as coligadas limitado à estrutura da Emissora, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

- m) contratar e manter contratados, às suas exclusivas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21), bem como arcar com todos os custos decorrentes de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora;
- n) manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações podem ser mantidos em meios físicos ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas.

6.1.2 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora, em conjunto com a Fiadora, obrigam-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures. Tal comunicação deverá ser feita em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
- (ii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional. Tal comunicação deverá ser feita em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de tal fato;
- (iii) obter ou manter válidas e regulares, conforme o caso, as licenças, concessões, outorgas ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, a sua regular instalação e/ou ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões, outorgas ou aprovações que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé e desde que haja medidas que



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	400081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

garantam a validade e a regularidade de tais documentos durante a discussão administrativa ou judicial, ou eventual não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão for sanada do prazo de 30 (trinta) dias;

- (iv) não transferir (total ou parcialmente) o Contrato de Concessão ou qualquer de seus direitos ou obrigações, sem a prévia anuência da COMPESA e de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (v) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;
- (vi) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (vii) manter o Contrato de Concessão e em vigor e cumprir com todos os seus termos e condições;
- (viii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os demais prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, quais sejam: (a) Banco Liquidante e Escriturador; (b) Agente Fiduciário; e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (i.e., CETIP21);
- (ix) declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, completude e suficiência de todas as informações por ela prestadas ao mercado durante a Oferta Restrita e, caso as informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade, imprecisas, incompletas ou insuficientes, durante a vigência das Debêntures, notificar imediatamente e por escrito tal fato aos ao Agente Fiduciário;
- (x) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou

demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora: (a) balanço patrimonial; (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (c) demonstração do resultado do exercício; (d) parecer da auditoria externa; e (e) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;

- (xi) fornecer ao Agente Fiduciário 1 (uma) a via digitalizada desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCEPE, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de registro na JUCEPE;
- (xii) não praticar qualquer ato ou negócio em desacordo com seu estatuto social ou não abrangido no seu objeto social.
- (xiii) não aplicar recursos obtidos com quaisquer outros credores na parcela das obras de desenvolvimento dos Projetos suportadas pelos recursos oriundos das Debêntures;
- (xiv) contratar e manter contratada, durante toda a vigência das Debêntures, às suas expensas, empresa de engenharia especializada ("Consultor"), de acordo com relação prévia de empresas indicadas no Anexo III desta Escritura de Emissão ("Empresas Autorizadas"), para: (a) observado o disposto na alínea "(xviii)" abaixo, verificação da efetiva realização e evolução dos Projetos, envolvendo os investimentos já incorridos e a incorrer nos Projetos; e (b) elaboração do Relatórios do Consultor (conforme abaixo definido);
- (xv) substituir o Consultor, se for o caso, por: (i) qualquer das Empresas Autorizadas, ou (ii) no caso de empresa que não seja uma das Empresas Autorizadas, desde que previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, mediante envio, pela Emissora, de solicitação de aprovação nesse sentido, ao Agente Fiduciário com antecedência de 10 (dez) dias;
- (xvi) manter arquivado e apresentar, mediante solicitação do Consultor, em cópia simples ou em formato PDF, todas as informações e documentos relativos aos Projetos, incluindo, sem limitação (em conjunto, "Documentos dos Projetos"): (i) documento descritivo dos Projetos aprovados junto aos órgãos públicos competentes, se aplicável; (ii) Cronograma Físico-Financeiro; (iii) Contrato de Concessão, conforme tais Documentos dos Projetos sejam necessários para a elaboração pelo Consultor de relatório semestral a ser enviado ao Agente Fiduciário, atestando a utilização dos recursos obtidos por meio das Debêntures nos Projetos ("Relatório do Consultor");



- (xvii) Apresentar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, as licenças ambientais, válidas e vigentes, necessárias para a regular condução dos negócios da Emissora, assim como, apresentar no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva solicitação, documentos ou informações exigidas pela legislação e regulamentação trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável aos Projetos;
- (xviii) aplicar os recursos obtidos por meio das Debêntures estritamente conforme a destinação de recursos descrita na Cláusula 3.2 desta Escritura de Emissão e, na hipótese de o Agente Fiduciário ser exigido, pelas autoridades competentes, a comprovar a destinação dos recursos, enviar ao Agente Fiduciário os documentos e informações necessários para referida comprovação em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação do Agente Fiduciário nesse sentido, ou em prazo inferior, de modo a possibilitar o cumprimento tempestivo, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer solicitações, efetuadas por autoridades governamentais competentes ou órgãos reguladores, regulamentos, leis ou determinações judiciais, administrativas ou arbitrais;
- (xix) manter arquivados, separados, ordenados e disponíveis para verificação do Consultor, até a Data de Vencimento, as vias originais das notas fiscais e respectivos comprovantes de pagamentos e/ou outros documentos pertinentes, relativos à aplicação dos recursos nos Projetos,
- (xx) autorizar, desde que previamente agendado pelo Consultor, com antecedência mínima de 05 (cinco) Dias Úteis, vistoria dos Projetos pelo Consultor, a fim de: (i) verificar se existe coordenação entre as atividades dos responsáveis pela execução das diversas partes dos Projetos, de modo a assegurar o seu término, no prazo e nas condições indicadas nos Documentos dos Projetos; (ii) acompanhar o desenvolvimento dos Projetos, em suas diversas etapas e até sua conclusão; (iii) efetuar as medições de obras executadas, caso seja necessário; e (iv) enviar relatório ao Agente Fiduciário, com o resultado de sua vistoria e as sugestões que lhe parecerem necessárias para prevenir ou corrigir deficiências ou irregularidades que observar nos Projetos;
- (xxi) caso o início dos Projetos seja prorrogado e/ou esteja atrasado em prazo superior a 25%, em relação ao Cronograma Físico Financeiro, comunicar o Agente Fiduciário e o Consultor nesse sentido, apresentando, de forma satisfatória à critério dos Debenturistas, novo cronograma físico financeiro no

prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, a contar da data em que verificou o descumprimento dos prazos referidos nesta alínea;

- (xxii) caso seja constatado que os Projetos não estão obedecendo às especificações apresentadas pela Emissora ao Consultor, enquadrar os Projetos às especificações apresentadas por sua conta exclusiva no prazo de 90 (noventa) dias contados da data desta constatação, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Concessão, não podendo para isso utilizar-se dos recursos decorrentes das Debêntures; e
- (xxiii) apresentação, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva obtenção, de cópia simples ou em formato PDF de todas licenças necessárias para a condução dos negócios da Emissora, principalmente as licenças ambientais necessárias para o Projeto conforme seu estágio de desenvolvimento, quando aplicáveis, solicitadas por escrito pelo Consultor.

#### CLÁUSULA 7 - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora e a Fiadora, neste ato, declaram individualmente e garantem, nesta data, que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura de Emissão e a cumprir as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não



infringem (a) seu Estatuto Social; ou (b) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;

- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, consentimento, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão;
- (vi) a celebração desta Escritura de Emissão, dos contratos de constituição das garantias previstas nesta Escritura de Emissão, bem como o cumprimento das obrigações relativas à Emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais sejam parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato relevante, de qualquer natureza e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (viii) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral ou inquérito, inclusive de natureza ambiental, envolvendo a Emissora ou a Fiadora, perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa afetar substancialmente sua capacidade de cumprir suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas;
- (ix) nem a Emissora, nem a Fiadora ou qualquer de seus bens possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, ressalvadas quaisquer imunidades emanadas de normas vigentes relativas a bens ou serviços públicos que sejam aplicáveis à Emissora ou à Fiadora, conforme o caso;
- (x) está em cumprimento com as leis e regulamentos (inclusive ambientais) a ela aplicáveis, exceto aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo;

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

- (xi) as autorizações, outorgas e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades atuais estão válidas ou em processo de renovação ou obtenção, conforme o caso, exceto aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé e desde que haja medidas que garantam a validade e a regularidade de tais documentos durante a discussão administrativa ou judicial;
- (xii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (xiii) não há recurso de terceiros empregado nas obras dos Projetos que serão realizadas com recursos das Debêntures.

## CLÁUSULA 8 - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 8.1 Nomeação do Agente Fiduciário

8.1.1 A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

### 8.2 Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

8.2.1 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (viii) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (x) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da legislação aplicável em vigor;
- (xi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (xii) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
- (xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (xiv) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões descritas no Anexo II à presente Escritura de Emissão; e
- (xv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo II à presente Escritura de Emissão, bem como

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

aos Debenturistas da Oferta Restrita.

### 8.3 Exercício das Funções e Remuneração do Agente Fiduciário

8.3.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.2 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (i) Parcelas anuais de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). A primeira parcela será devida no 5º (quinto) Dias Útil após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas
- (ii) O Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação de serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus;
- (iii) O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (iv) As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*;
- (v) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas



<b>CARTÓRIO MARIANI</b>	
DATA	REGISTRO
12 08 15	400081
2º RTDPJ - RECIFE	
MORAÇÃO PROVISÓRIA DIGITALIZADO	

na Escritura de Emissão das Debêntures ou em caso de rescisão, a remuneração adicional das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;

- (vi) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;
- (vii) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- (viii) A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

#### **8.4 Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário**

8.4.1 Além de outros previstos em Lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis



relacionados com o exercício de suas funções;

- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária c/ou da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando estritamente necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como nas demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (x) solicitar, quando houver algum fato relevante, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da mesma;
- (xi) convocar, quando necessário, a Assembleias Gerais de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (xii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

- (xiii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - d) posição da distribuição ou distribuição das Debêntures no mercado;
  - e) resgates, amortizações e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto à Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e
  - i) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver.
- (xiv) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea "(xiii)" acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

- a) na sede da Emissora;
  - b) na sede do Agente Fiduciário;
  - c) na CETIP;
  - d) na CVM; e
  - e) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xix) responsabilizar-se integralmente pelas atividades de agente fiduciário a que se obrigou em razão de sua contratação como Agente Fiduciário, nos termos da legislação vigente.



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

8.4.2 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora observadas as condições das Cláusulas 5.1 e 5.2 desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- (ii) executar a Cessão Fiduciária, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (v) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

8.4.3 O Agente Fiduciário, observado o disposto nas Cláusulas 5.1 e 5.2 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "(i)" a "(iv)" da Cláusula 8.4.2 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo). Na hipótese da alínea (v), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

8.4.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



8.4.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.4.6 Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.4.7 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

8.4.8 Para fins do disposto na alínea "(xx)" da Cláusula 6.1.2 acima, a Emissora desde já concorda que o Agente Fiduciário verificará o preenchimento dos requisitos formais constantes do Relatório do Consultor. O Agente Fiduciário deverá verificar se as informações previstas na alínea "(xx)" da Cláusula 6.1.2 acima foram contempladas no Relatório do Consultor.

8.4.9 O Agente Fiduciário deverá enviar o Relatório do Consultor, em até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo recebimento, aos Debenturistas, nos endereços por eles indicados na Cláusula 6.1.2.3 acima.

8.4.10 Para que o Agente Fiduciário possa cumprir com as obrigações previstas na Cláusula 8.4.9 acima, os Debenturistas deverão, na data de subscrição e integralização das Debêntures, enviar ao Agente Fiduciário, por e-mail, conforme informações previstas na Cláusula 10.3.1 abaixo, seus respectivos dados de contato. Uma vez que tenha recebido os



dados de contato dos Debenturistas no prazo e forma previstos nesta Cláusula, o Agente Fiduciário não poderá se escusar da obrigação prevista nesta Escritura de Emissão.

## 8.5 Substituição do Agente Fiduciário

8.5.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição, sendo certo que a remuneração devida será calculada *pro rata temporis*.

8.5.2 É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.5.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.5.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

8.5.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

8.5.6 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

8.5.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## CLÁUSULA 9 - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 9.1 Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas

9.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.1.2 A Assembleia Geral dos titulares das Debêntures da Primeira Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série") e a Assembleia Geral dos titulares das Debêntures da Segunda Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série"), e, em conjunto com a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a "Assembleia Geral de Debenturistas" e as Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo) ou pela CVM.

9.1.3 A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série será realizada de forma separada da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, exceto quando tratar de matérias de interesse comum dos Debenturistas de ambas séries, tais como, mas não se limitando, a substituição do Agente Fiduciário e alteração dos prazos de obrigações previstas na presente Escritura de Emissão.

9.1.4 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das Assembleias Gerais de Acionistas.

9.1.5 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão, ou outro veículo de grande circulação nas quais a Emissora costuma publicar seus atos, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.6 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 5 (cinco) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	400001
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

## 9.2 *Quorums* de Instalação e Deliberação

9.2.1 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.2.3 Para todos os efeitos de fixação de *quorum* desta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série ou todas as Debêntures em circulação no mercado, conforme o caso, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.2.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.2.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

9.2.6 A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes, ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.2.7 Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.2.8 Não estão incluídos no *quorum* a que se refere a Cláusula 9.2.7 acima: (i) os *quorums* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; (ii) alterações, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, acerca das seguintes matérias: (a) *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) disposições estabelecidas nesta Cláusula 9; (c) espécie das Debêntures; (d) criação de evento de repactuação; ou (e) alteração da Cláusula 5 acima; (iii) alterações, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
12 08 15	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, acerca das seguintes matérias: (a) Remuneração; (b) quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (c) Fiança e (d) Contrato de Garantia.

9.2.9 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.2.10 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

## CLÁUSULA 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

### 10.1 Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, para qualquer dos subscritores desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas ou à Emissora, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou do Agente Fiduciário e dos Debenturistas, respectivamente, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

### 10.2 Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, dos contratos de constituição das garantias previstas na Cláusula 4.1.18, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.





### 10.3 Comunicações

10.3.1 As comunicações a serem enviadas para a Emissora ou para o Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

**Odebrecht Ambiental - Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A.**

Rua Padre Carapuceiro, nº 733, sala 1302, 13º andar,  
Cidade de Recife - PE

At.: Pedro Augusto Carneiro Leão Neto

Telefone: (81) 2127-4600

E-mail: [pedroacleaoneto@odebrecht.com](mailto:pedroacleaoneto@odebrecht.com)

Para o Agente Fiduciário

**Planner Trustee DTVM Ltda.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar

CEP 04538-133, São Paulo – SP

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

At.: Sra. Viviane Rodrigues

E-mail: [vrodriques@planner.com.br](mailto:vrodriques@planner.com.br)

[tlima@planner.com.br](mailto:tlima@planner.com.br)

Para a Fiadora

**Odebrecht Ambiental S.A.**

Rua Lemos Monteiro, nº 120, 11º andar – Parte

Butantã – São Paulo-SP

CEP: 05501-050

At. Carlos Eduardo Simão

Tel. (11) 3096-8245

E-mail: [csimao@odebrecht.com](mailto:csimao@odebrecht.com)

Para a CETIP

**Cetip S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim  
Paulistano

CEP 01452-001 - São Paulo – SP

Tel.: (11) 3111.1596

Fax: (11) 3111.1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)



Para o Banco Liquidante

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre  
Olavo Setúbal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo  
Tel.: (11) 2797-4441  
Fax: (11) 2797-3140  
At.: Sr. Luiz Petito  
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de  
São Paulo, Estado de São Paulo  
Tel.: (11) 2797-4441  
Fax: (11) 2797-3140  
At.: Sr. Luiz Petito  
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

10.3.2 Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3 A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

**10.4 Lei Aplicável**

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.5 Foro**

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriundas desta Escritura de Emissão.



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

## 10.6 Disposições Finais

10.6.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2, obrigando as partes por si e por seus sucessores.

10.6.2 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6.3 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem um título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.6.4 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra descrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 6 (vias) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 07 de agosto de 2015.

*(assinaturas seguem nas 4 (quatro) próximas páginas)*

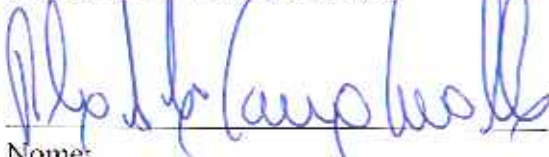


CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE MICROFILMADO DIGITALIZADO	

(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A.)

Pela Emissora:

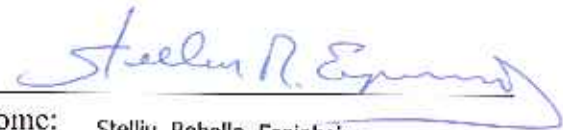
**ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A.**



Nome:

Cargo:

Pedro A. Carneiro Leão Neto  
Diretor  
Odebrecht Ambiental  
Pernambuco



Nome:

Cargo:

Steliu Rebello Espinheira  
Diretor  
Odebrecht Ambiental  
Pernambuco

Pela Fiadora:

**ODEBRECHT AMBIENTAL S.A.**



Nome:

Cargo:

Carlos Eduardo B. Simão  
CPF: 259.662.013-01  
Odebrecht Ambiental S.A.



Nome:

Cargo:

Lincoln Banciella Jr.  
CPF: 269.155.228-40  
Procurador





CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

*(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A.)*

Pelo Agente Fiduciário:

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

Nome:

Cargo:

Tatiana Lima  
Procuradora

Cesário B. Passos  
Procurador

Handwritten initials and marks at the bottom right of the page.

**CARTÓRIO MARIANI**

DATA

REGISTRO

120815

408081

2º RTDPJ - RECIFE  
MICROFILMADO DIGITALIZADO

(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A.)

Testemunhas:Nome: LAIO CARDOSO DE CARVALHO  
RG:Nome: LEONARDO DA SILVA PRIETO  
RG: 12619295-27

2º Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Recife  
Rua do Imperador D. Pedro II, 370 - B. Santo Antônio - Recife (PE) - CEP. 50010-210  
Fones: (51) 3424-1516 / (51) 3424-5999 - [www.recifepe.com.br](http://www.recifepe.com.br) - [ndrcarto@gmail.com](mailto:ndrcarto@gmail.com)

**CARTÓRIO MARIANI**

REGISTRADO SOB O Nº 408081 - RECIFE/PE, 12/08/2015

EMOL R\$ 3.621,57 TSNR R\$ 1.864,08 FERC R\$ 402,40

APOSTO SELO DIGITAL: 0073635.YLO10201401.04580

VALIDE O SELO EM: [WWW.TJPE.JUS.BR/SELODIGITAL](http://WWW.TJPE.JUS.BR/SELODIGITAL)

2º RTD REG. TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Onivaldo Moises Maramba  
Oficial Registrador





## ANEXO I

## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

QUADRO DE USOS E FONTES | ODB Ambiental - RMR R\$ MIL

USOS : INVESTIMENTOS SANEAMENTO PRIVADO					
Investimentos Sistema S. Lourenço da Mata	Até Ago/16	Requer Licenciamento (sim/não)	Possui Licença nº e validade		
Implantação ETE	54.132	sim	Nº 01.14.08.004398-4/ Val. 27-08-2015*		
Implantação EEE's	21.539	sim	Nº 01.14.08.004398-4/ Val. 27-08-2015*		
Implantação Rede	145.203	sim	Nº 01.14.08.004398-4/ Val. 27-08-2015*		
Subtotal	230.875				
*A renovação foi protocolada em 24-04-2015, com a antecedência prevista em lei (120 dias antes do vencimento) a que toma a li anterior válida até o pronunciamento do órgão ambiental sobre a renovação.					
Investimento Sistema Região Metropolitana de Recife e município de Goiana (manutenção e recuperação)	Até Ago/16	Requer Licenciamento (sim/não)	Possui Licença nº e validade		
Investimentos Sistema Existente	23.813	Sim	Nº 18.13.12.005382-0/ Val. 17-12-2018		
Subtotal	23.813				
Investimentos que prescindem de licença	Até Ago/16				
Projetos e Estudos	25.548				
Trabalho Socio-Ambiental	4.060				
Gerenciamento do Empreendimento	2.282				
Aquisição de Terrenos	21.908				
Subtotal	53.799				
Total	308.487				
Recursos das debêntures	70.000				
Outras fontes	238.487				
Total	308.487				

CARTÓRIO MARIANI  
DATA REGISTRO

120815

408081

2º RTDPJ - RECIFE  
MICROFILMADO DIGITALIZADO

# QUADRO DE USOS E FONTES

Programa de Investimentos - resumo																				
RS	Total Invest	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16
Estudos e Projetos	25.348.416	1.411.713	262.160	480.219	901.470	995.126	440.597	941.314	279.524	1.246.896	765.840	1.125.585	760.263	905.989	2.968.626	2.425.273	2.955.292	2.953.957	1.608.239	2.520.523
Investimentos Sistema Existente	23.313.242	2.120.542	1.966.632	1.640.359	5.776.734	2.118.840	2.551.494	372.722	304.874	503.154	786.407	1.321.008	1.137.498	1.145.557	913.143	478.919	573.700	473.543	585.849	461.154
Trabalho Sócio-Ambiental	4.050.318	222.249	208.220	124.285	128.296	135.294	1.483,9	87.543	73.691	66.691	64.968	155.995	120.448	193.204	423.012	495.747	483.929	364.482	354.795	322.562
Gerenciamento do Empreendimento	2.282.262	216.324	166.364	155.853	185.124	130.373	99.906	125.595	94.197	137.242	92.627	35.481	106.899	114.335	91.200	79.782	112.508	104.045	94.054	105.794
Aquisição de terrenos	21.908.470	2.058.470	0	0	0	0	0	0	0	0	240.641	200.105	320.900	0	0	4.845.844	6.360.641	7.841.883	0	0
Implantação SLM	230.374.582	1.316.878	4.513.057	4.328.889	4.569.369	5.242.695	5.773.480	590.395	545.222	1.338.309	2.491.348	2.509.272	5.177.498	5.719.572	12.917.723	30.553.007	38.182.932	37.181.181	36.724.869	33.102.171
Total	308.487.389	7.346.177	7.216.431	6.732.416	11.555.193	9.025.228	9.780.110	1.507.669	1.301.508	3.062.091	4.442.881	5.358.519	7.623.408	9.077.857	17.319.704	33.878.565	49.670.122	48.916.491	39.169.186	36.504.164

CARTÓRIO MARIANI  
DATA 120815 REGISTRO 408081  
2º RTDPJ - RECIFE  
MICROFILMADO DIGITALIZADO

*[Handwritten signatures and initials]*



<b>CARTÓRIO MARIANI</b>	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE MICROFILMADO DIGITALIZADO	

## ANEXO II

### OPERAÇÕES NAS QUAIS A PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA. ATUA COMO AGENTE FIDUCIÁRIO PARA EMPRESAS DO GRUPO ODEBRECHT NOS TERMOS DO ARTIGO 10 DA INSTRUÇÃO CVM 28.

a) 1ª Emissão Privada de Debêntures da ODEBRECHT AMBIENTAL - JAGUARIBE S.A.:

Emissora:	Odebrecht Ambiental – Jaguaribe S.A.
Emissão:	1ª Emissão.
Valor da emissão:	R\$53.104.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e quatro mil reais).
Quantidade de debêntures emitidas:	53.104 (cinquenta e três mil, cento e quatro).
Espécie:	Garantia Real.
Prazo de vencimento:	01 de dezembro de 2020.
Garantias:	Penhor (i) dos Direitos Creditórios da Locação; (ii) dos Direitos Creditórios oriundos da Conta Restrita B e (iii) das Ações Jaguaribe; e (iv) Garantia Fidejussória.
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos da cláusula 4.20.1 da respectiva Escritura.
Amortização:	Mensalmente, a partir de 01 de setembro de 2011.
Conversão:	Não conversível em ações.
Repactuação:	Não se aplica.
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

b) 1ª Emissão Privada de Debêntures da ODEBRECHT AMBIENTAL SUMARÉ S.A.:

Emissora:	Odebrecht Ambiental Sumaré S.A.
Emissão:	1ª Emissão.
Valor da emissão:	R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).
Quantidade de debêntures emitidas:	75 (setenta e cinco) debêntures.
Espécie:	Quirografária, com garantia fidejussória.
Prazo de vencimento:	11 de julho de 2020.

Garantias:	(i) Garantia Fidejussória.
Amortização:	O Valor unitário será pago em parcelas mensais iguais e consecutivas a partir de 11/07/2016 até o vencimento em 11/07/2020.
Conversão:	Não conversível em ações.
Repactuação:	Não se aplica.
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

c) 2ª Emissão de Debêntures da ODEBRECHT AMBIENTAL MANSO S.A.:

Emissora:	Odebrecht Ambiental Manso S.A.
Emissão:	2ª Emissão.
Valor da emissão:	R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).
Quantidade de debêntures emitidas:	25.000 (vinte e cinco mil).
Espécie:	As Debêntures são da espécie quirografária com garantia real adicional.
Prazo de vencimento:	24/11/2015.
Garantias:	Penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora e cessão fiduciária dos direitos emergentes do Contrato de Concessão.
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos da cláusula 4.16 da Escritura de Emissão.
Amortização:	O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será integralmente pago na Data de Vencimento ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures.
Conversão:	Não conversível em ações.
Repactuação:	Não se aplica.
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

d) 3ª Emissão de Debêntures da ODEBRECHT AMBIENTAL MANSO S.A.:

Emissora:	Odebrecht Ambiental Manso S.A.
Emissão:	3ª Emissão.
Valor da emissão:	R\$ 474.145.000,00 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, cento e quarenta e cinco mil reais).
Quantidade de debêntures emitidas:	474.145 (quatrocentas e setenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco) debêntures.
Espécie:	Com garantia real.



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
120815	408081
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

Prazo de vencimento:	20 de dezembro de 2027.
Garantias:	(i) alienação fiduciária, sob condição suspensiva; (ii) cessão fiduciária, sob condição suspensiva; (iii) compromisso de aporte de capital.
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos dos itens 4.15 da respectiva Escritura.
Amortização:	As debêntures serão amortizadas mensalmente, no 1º dia útil de cada mês, juntamente com as parcelas da Remuneração, a partir do 19º mês contado da Data de Emissão.
Conversão:	Não conversíveis em ações.
Repactuação:	Não se aplica.
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

e) 2ª Emissão de Debêntures da ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIÂNIA SPE S.A.

Emissora:	Odebrecht Ambiental – Região Metropolitana do Recife/Goiânia SPE S.A.
Emissão:	2ª Emissão.
Valor da emissão:	R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais).
Quantidade de debêntures emitidas:	130.000 (cento e trinta mil).
Espécie:	Quirografária a ser convolada em espécie com garantia real.
Prazo de vencimento:	18 de agosto de 2015.
Garantias:	Serão constituídos o (i) Penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora e (ii) cessão fiduciária de direitos emergentes e direitos creditórios.
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos do item 4.1.23 da respectiva Escritura.
Amortização:	Integralmente pago na data de vencimento.
Conversão:	Não conversíveis em ações.
Repactuação:	Não se aplica.
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

f) 1ª Emissão de Debêntures da ODEBRECHT AMBIENTAL - MACAÉ S.A.:

Emissora:	Odebrecht Ambiental - Macaé S.A.
-----------	----------------------------------



Emissão:	1ª Emissão.
Valor da emissão:	R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais).
Quantidade de debêntures emitidas:	47 (quarenta e sete).
Espécie:	Quirografária.
Prazo de vencimento:	27 de outubro de 2015.
Garantias:	Não há.
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos do item 4.10 da respectiva Escritura.
Amortização:	Integralmente pago na data de vencimento.
Conversão:	Não conversíveis em ações.
Repactuação:	Não se aplica.
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. It appears to be a stylized name, possibly 'M. S. S.', with a large 'M' and 'S'.



**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DE CONSULTORES APROVADOS**

<b>Recife/PE</b>	
<p><b>Valor Engenharia de Avaliação e Perícia Ltda.</b> Av. Agamenon Magalhães nº 2656 Sala 1206 – Espinheiro - Recife – PE - CEP: 64052-450 Telefone/fax: (0XX86) 3243-2121 ou 9292-1090 E-mail: valor@valorengenharia.eng.br / gustavo@valorengenharia.eng.br / nuno@valorengenharia.eng.br Contato: Gustavo / Thiago / Afonso CNPJ: 41.052.275-0001/56</p>	
<p><b>BMC Construção Ltda. ME</b> Avenida Conselheiro Aguiar, nº 4599, Sala 05, Boa Viagem CEP: 51.021-020 Telefone: (81) 3125.0503 / 98691.0503 E-mail: bmcconst@gmail.com Contato: Clóvis Menezes CNPJ: 08.992.492/0001-50</p>	
<b>Salvador/BA</b>	
<p>Performance Auditoria e Consultoria Empresarial Sociedade Simples Avenida Tancredo Neves, nº 1632, Torre Sul, Caminho das Árvores - Salvador CEP: 41.820-020 Telefone: 71 3113.4530/ 71 3113.4530 E-mail: renato.mendonca@performanceonline.com.br Contato: Jose Renato Mendonça CNPJ: 41.968.512/0001-23</p>	
<b>Rio de Janeiro/RJ</b>	
<p><b>Praxis Avaliação Patrimonial</b> <b>(Embrap e Praxis)</b> Rua Conde de Bonfim, 106 SL. 205 - Tijuca - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20520-053</p>	<p><b>RJ Martins Arquitetura Ltda.</b> Rua da Alfândega, 115 - sala 706/707 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20070- 001 Telefone: (0XX21) 2509-8067</p>

Telefone: (0xx21) 2254-9962 e 2568-1520  
E-mail: embrap@embrappraxis.com.br  
Contato: Fábio Giovanni ou Daniel Pecorelli  
CNPJ: 02.393.061/0001-91

E-mail: mjbm62@hotmail.com  
Contato: Marcio Martins  
CNPJ: 01925230/0001-24

**Teresópolis /RJ**

**SFA Perícias, Avaliações, Consultorias e Gerenciamentos Técnicos Ltda.**

Avenida Lúcio Meira, nº 36 Sala 104 - Várzea - Teresópolis - RJ

Telefone: (0xx21) 2642-0170 e 2642-3025

Celular: (0xx21) 7725-4220

E-mail: direct@sfapericias.com.br

Contato: Plínio Tourinho ou Rita Tourinho

CNPJ: 07.437.995/0001-00

**São Paulo/SP**

**Adefi Consultoria de Imóveis Ltda.**

Rua José César de Oliveira, 181 3º andar -  
Sala 305 - São Paulo - SP

CEP: 05317-000

Telefone: (0XX11) 3168-2595 / Fax:

(0XX11) 3071-2944 / Celular: (0XX11)

9971-3217

E-mail: Adeficonsultoria@terra.com.br e

Ademiradelungue@hotmail.com

Contato: Ademir Domingos

CNPJ: 05.681.708/0001-79

**Agroprecisão**

Avenida 15 de Outubro, 1118 - Jd.

Aeroporto - Ilha Solteira - SP - CEP: 15385-000

Telefone: (0XX18) 3743-3459 / Fax:

(0XX18) 3742-5115 / Celular: (0XX18)

9132-0864

E-mail: Elton@agroprecisao.com.br

Contato: Elton

CNPJ: 07.472.272/0001-42

**Ambienta**

Avenida Doutor Guilherme Dumont

Villares, 1.715 - CJ2D

CEP: 0564-003

Telefone: (0XX11) 3501-1344

E-mail: robertoambienta.com.br

Contato: Roberto

CNPJ: 05.767.623/0001-08

**Cushman & Wakefield**

Rua Alameda Araguaia - Alphaville

Industrial - Barueri - SP

CEP: 06455-000

Telefone: (0XX11) 5501-5464

E-mail: rogerio.cerreti@sa.cushwake.com

Contato: Rogério

CNPJ: 03.906.579/0001-44

**CB Richard Ellis S.C. Ltda.**

Rua Alexandre Dumas 1711 - 7º andar -

**Colliers International**

Rua das Olimpíadas, 205 - 1º andar - São



<p>Chácara Sto. Antonio - São Paulo - SP CEP: 04717-004 Telefone: (0XX11) 5185-4684 Fax: (0XX11) 5181-6947 E-mail: william.gil@cbre.com.br Contato: William CNPJ: 51.718.575/0001-85</p>	<p>Paulo - SP CEP: 04551-000 Telefone: (0XX11) 3323-0000 E-mail: andre.strumpf@colliers.com Contato: André CNPJ: 02.636.857/0001-28</p>
<p><b>DIR Engenheiros Associados Ltda.</b> Alameda Santos, 1470 - Cerqueira César - São Paulo-SP CEP: 01418-100 Telefone/fax: (0XX11) 3145-1616 E-mail: dir@dir.com.br e Luizrocha@dir.com.br Contato: Dárcio CNPJ: 00.100.002/0001-52</p>	<p><b>ELO Engenharia C e Cons Ltda.</b> Rua Dr. Washington Luís, 456 - Centro - Guarulhos - SP CEP: 07013-020 Telefone: (0XX11) 2468-8640 E-mail: flavio@eloengenharia.com.br; eloengenharia@elocengenharia.com.br Contato: Flávio / Fernanda CNPJ: 71.584.338/0001-86</p>
<p><b>Engenav - IM Avaliação e Perícia de Imóveis Ltda.</b> Rua Tuiuti, 2403 - Sala 13 - 2º Andar - São Paulo - SP CEP: 03307-000 Telefone: (0XX11) 2293-5273 Celular (0XX11) 9987-8199 E-mail: oliveira.jorgeluz@terra.com.br Contato: Jorge Luiz ou Roseli Bicudo CNPJ: 03.175.683/0001-06</p>	<p><b>Engscan Engenharia e Comércio</b> Rua Miguel Mentem, 204 - 1º Andar - Vila Guilherme - São Paulo - SP CEP: 02050-010 Telefone: (0XX11) 3571-5387 Celular: (0XX11) 9933-6768 E-mail: jsccandura@engscan.com.br e engscan@engscan.com.br Contato: João Carlos Scandura CNPJ: 005.691.144/0001-55</p>
<p><b>Galache Engenharia Ltda.</b> Avenida Padre Anchicla, 642 - Bairro Jardim - Santo André - SP - CEP: 02050-010 Telefone: (0XX11) 4990-1515 Celular: (0XX11) 8188-0751 E-mail: tales@galache.com.br ; marcelo@galache.com.br Contato: Tales / Marcelo CNPJ: 02.358.652/0001-28</p>	<p><b>GHR Engenheiros Associados Ltda.</b> PRAÇA DA SÉ, 21 - Conj. 808 - Centro - São Paulo-SP - 01001-001 CEP: 01001-001 Telefone/fax (0XX11) 3101-4526 Celular: (0XX11) 9848-5650 e (0XX11) 9512-9524 Contato: Luiz Henrique Maria Geny E-mail: ghrengeheiros@terra.com.br CNPJ: 00.810.715/0001-00</p>

<p><b>Global City Engenharia Ltda.</b>                  Avenida Antônio Diederichsen nº 400 –                  Mezanino Salas 16,17 e 18 – Edifício                  Metropolitan – Jardim                  América – Ribeirão Preto                  CEP: 14020-250                  Telefone/fax: (0XX16) 3602-7888                  Contato: Kledson / Bruno                  E-mail: avaliaco@globalcity.com.br ;                  kledson@globalcity.com.br                  CNPJ: 10.679.890/0001-63</p>	<p><b>Engecate Engenharia Ltda.</b>                  Rua Chile, 1711 - Sala 500- Jardim Santa                  Ângela - Ribeirão Preto - SP                  CEP: 14020-610                  Telefone/fax: (0XX16)3441-1899                  Celular: (0XX16) 9978-4461                  E-mail: gustavo@engecate.com.br                  Contato: Gustavo                  CNPJ: 10.679.890/0001-63</p>
<p><b>Hilco Appraisal Brasil S4</b>                  Rua Joaquim Floriano, 733 - Conj. 2-A - 2º                  Andar - Itaim Bibi                  CEP: 04534-012                  Telefone/fax: (0XX11) 2666-3980                  E-mail:                  marcos.contato@hilcoapraisas.com.br e                  alopez@hilcoapraisas.com.br                  Contato: Antonio                  CNPJ: 13.311.565/0001-31</p>	<p><b>Holler Avaliações e Perícias S/S Ltda.</b>                  Rua Votupoca, 157 - Vila Ipojuca - São                  Paulo-SP                  CEP: 05055-000                  Telefone/fax: (0XX11) 3647-9950                  Contato: Denise                  E-mail: Denise.holler@terra.com.br                  CNPJ: 30.320.092/0001-80</p>
<p><b>Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda.</b>                  Rua Araguari, nº 817, Conj. 76- Moema -                  São Paulo - SP                  CEP: 04514-041                  Telefone/fax: (0XX11)5090-6020 e 5090-                  6023                  Celular: (0XX11) 99678-5060                  E-mail: Carla@mercattoltda.com.br                  Contato: Carla Petroni / Marcos Augusto                  Silva e Rosana Murakami                  CNPJ: 65.030.348/0001-77</p>	<p><b>NR Guimarães Arquitetura S/C Ltda.</b>                  Rua Piracuama, 262 63 - Perdizes – São                  Paulo - SP                  CEP: 04363-050                  Telefone/fax: (0XX11) 3676-1212 e                  (0XX11) 3105-6905                  Celular: (0XX11) (11) 8353-7330                  E-mail: nrguimaraesarqlda@hotmail.com ;                  nrguimaraesarqlda@gmail.com                  Contato: Rosely                  CNPJ: 03.365.831/0001-55</p>
<p><b>Pan Serviços de Administração</b>                  Rua Augusto Tolle, 901 – Santana – São                  Paulo – SP                  CEP: 02405-001                  Telefone: (0XX11) 2679-5589</p>	<p><b>RN Consultoria e Engenharia de                  Avaliações Ltda.</b>                  Rua Carlos Comenale, 263 - 4º andar - Bela                  Vista/ SP                  CEP: 01332-030</p>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



**CARTÓRIO MARIANI**

DATA

REGISTRO

120815

408081

2º RTDPJ - RECIFE  
MICROFILMADO DIGITALIZADO

E-mail: leandro.braconaro@panadm.com.br  
Contato: Leandro  
CNPJ: 09.541.408/0001-45

Telefone/fax: (0XX11) 3541-3887  
Celular: (0XX11) 9941-5524 e (0XX11)  
8381-4671  
E-mail: rnconsult@rnconsult.com.br e  
rocooke@terra.com.br  
Contato: Ana Maria Rosangela  
CNPJ: 01.787.361/0001-92

**WRB Tecnologia Ltda.**

Rua Praia do Castelo, 85/92 - Vila Mascote - São Paulo - SP

CEP: 04362-020

Telefone: (0XX11) 5011-8044 e 5565-1026

Fax: (0XX11) 5011-7715

Celular: (0XX11) 9966-1784

E-mail: wrbtecon@ig.com.br; wrbtecon@terra.com.br

Contato: Roséle Bengnardi

CNPJ: 03.344.760/0001-04

